



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

(UNILAB)

INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ELIAS SILVA MAVILA

**INTEGRAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES
MOÇAMBICANOS NA ÁFRICA DO SUL: UM ESTUDO SOBRE XENOFOBIA,
DISCRIMINAÇÃO E RESILIÊNCIA**

REDENÇÃO, 2025

ELIAS SILVA MAVILA

**INTEGRAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES
MOÇAMBICANOS NA ÁFRICA DO SUL: UM ESTUDO SOBRE XENOFOBIA,
DISCRIMINAÇÃO E RESILIÊNCIA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

REDENÇÃO

2025

ELIAS SILVA MAVILA

**INTEGRAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES
MOÇAMBICANOS NA ÁFRICA DO SUL: UM ESTUDO SOBRE XENOFOBIA,
DISCRIMINAÇÃO E RESILIÊNCIA**

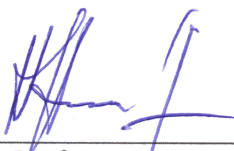
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado à Coordenação do Curso de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (BHU), do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 02/12/2025

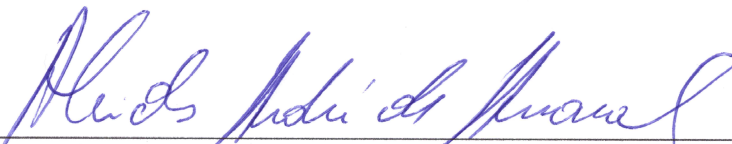
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB



Examinador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB



Examinador: Prof. Doutorando Alcides André do Amaral
Universidade Federal do Ceará - UFC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pela força e inspiração que me sustentaram ao longo desta jornada acadêmica.

Aos meus pais, Armando Paipiane Mavile e Gilda Alberto Chivangue Mavile, que foram o alicerce da minha perseverança e a motivação para seguir firme neste processo de ensino e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus mais profundos agradecimentos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por oferecer este espaço de formação em nível intercontinental, onde tive a oportunidade de adquirir conhecimentos que certamente moldam cada estudante que por ela passa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Subuhana, registro minha sincera gratidão por ter conduzido este processo de ensino, investigação e aconselhamento, acompanhando cada etapa deste percurso acadêmico na nossa Universidade.

Estendo também meus agradecimentos a toda a comunidade acadêmica da UNILAB, que, com dedicação e entusiasmo, contribui para o crescimento desta instituição, formando futuros profissionais comprometidos com o conhecimento e a transformação social.

A todos que, de forma direta ou indireta, apoiaram e fizeram parte desta caminhada, deixo meus mais sinceros agradecimentos. Muito obrigado!

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo Geral	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3. JUSTIFICATIVA	13
3.1 MOTIVAÇÃO PESSOAL	14
3.2 RELEVÂNCIA SOCIAL	15
3.3 CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA	16
4. DISCUSSÃO TEÓRICA	17
4.1 Migração, Xenofobia e exclusão	18
4.1.1 Migração	18
4.1.2 Xenofobia e exclusão	20
4.2 Sociabilidade e redes sociais	21
4.3 Instituições Sociais e Integração	23
4.4 Coesão Social e Solidariedade	24
4.5 Normas Sociais e Anomia	24
4.6 Resiliência e Redes de Apoio	25
4.6.1 Implicações para Políticas Públicas	25
5. METODOLOGIA	27
6. CRONOGRAMA	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

RESUMO

Este projeto de pesquisa analisa os desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, com ênfase na integração social, discriminação e xenofobia. O estudo busca compreender o impacto dessas adversidades na vida dos migrantes, examinar as políticas públicas e legislações que regulam a mobilidade de cidadãos não nacionais, bem como avaliar práticas de integração social em vigor. Além disso, procura identificar estratégias de resiliência adotadas pelos trabalhadores diante dessas situações e investigar as interações econômicas entre Moçambique e África do Sul. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental para a coleta de dados qualitativos e quantitativos. Espera-se que os resultados ofereçam subsídios relevantes à formulação de políticas públicas e programas voltados à inclusão social e à proteção dos direitos dos migrantes. O estudo pretende contribuir para a literatura acadêmica sobre migração e integração social, fornecendo elementos que favoreçam a construção de ambientes mais inclusivos e seguros para os trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

Palavras-chave: Integração social; Discriminação; Xenofobia; Resiliência; Trabalhadores migrantes.

ABSTRACT

This research project analyzes the social challenges faced by Mozambican workers in South Africa, with an emphasis on social integration, discrimination, and xenophobia. The study seeks to understand the impact of these adversities on the lives of migrants, examine public policies and legislation regulating the mobility of non-national citizens, and evaluate current social integration practices. Furthermore, it aims to identify resilience strategies adopted by workers in the face of these situations and investigate the economic interactions between Mozambique and South Africa. The research adopts a mixed-methods approach, combining semi-structured interviews, questionnaires, and document analysis for the collection of qualitative and quantitative data. It is expected that the results will provide relevant input for the formulation of public policies and programs aimed at social inclusion and the protection of migrants' rights. The study intends to contribute to the academic literature on migration and social integration, providing elements that favor the construction of more inclusive and safe environments for Mozambican workers in South Africa.

Keywords: Social integration; Discrimination; Xenophobia; Resilience; Migrant workers.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um país está diretamente relacionado à disponibilidade de recursos humanos e à criação de postos de trabalho, que garantem geração de renda e bem-estar para a população. Moçambique, nação independente com uma população predominantemente jovem, compartilha fronteiras com a África do Sul, país que se tornou um importante destino para milhares de moçambicanos em busca de oportunidades de emprego. A necessidade de melhores condições de vida leva muitos desses trabalhadores a deixar sua zona de conforto e migrar para o país vizinho, inserindo-se em diferentes setores da economia sul-africana.

Milhares de moçambicanos têm migrado para as chamadas “terras do Rand”¹ em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Associado a esse movimento, inúmeras famílias veem-se obrigadas a lidar com a ausência de seus membros — em especial os chefes de família, majoritariamente homens — que deixam suas casas em busca de oportunidades laborais no país vizinho. Essa realidade, como ressaltamos na citação a seguir, revela não apenas a dimensão econômica da migração, mas também seus impactos sociais e familiares.

O sexo masculino encontra-se sobrerrepresentado e, apesar da percentagem de solteiros ser bastante elevada, a maioria constitui o seu núcleo familiar através do casamento ou da vivência em regime de união de facto. As famílias são, regra geral, bastante numerosas.” (Trindade, 1995, p. 201).

A migração laboral de moçambicanos para a África do Sul constitui um fenômeno complexo e historicamente significativo, marcado por múltiplos desafios sociais que impactam profundamente a vida dos migrantes. Conforme Silva (2012), os fluxos migratórios na África Austral são estruturados por relações históricas de dependência econômica e desigualdade regional. Entre os principais obstáculos enfrentados, destacam-se a integração social, a discriminação e a xenofobia — elementos que, segundo Crush e Williams (2005), moldam de forma decisiva a experiência migratória e a recepção dos trabalhadores nas comunidades de destino.

A xenofobia contra migrantes moçambicanos, em particular, tem sido amplamente documentada e analisada por pesquisadores como Neocosmos (2010), que argumenta que tais

¹ Terras do Rand: pode se referir ao Rand sul-africano (ZAR), a moeda oficial da África do Sul, ou a Witwatersrand, uma região na África do Sul onde o ouro foi descoberto em 1886, impulsionando uma corrida do ouro que deu origem à maior aglomeração urbana do país. Em um sentido mais informal, também pode ser usado como um apelido para a África do Sul devido à sua moeda, o Rand.

práticas discriminatórias são reforçadas por discursos políticos excludentes e por condições socioeconômicas adversas. Esses fatores afetam diretamente o bem-estar dos trabalhadores, gerando vulnerabilidades que comprometem seu acesso a direitos e serviços básicos. A análise desses aspectos revela-se fundamental para compreender as dinâmicas sociais envolvidas e para subsidiar a formulação de políticas eficazes voltadas à inclusão social e à proteção dos direitos humanos, como defendem Landau (2011) e a Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2019).

Contudo, os trabalhadores moçambicanos enfrentam diversos desafios de integração social na África do Sul, entre os quais se destacam a “discriminação”² e a xenofobia. Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar tais obstáculos e analisar as estratégias de resiliência desenvolvidas pelos migrantes para enfrentar essas adversidades.

No campo teórico, Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia moderna, oferece um referencial valioso para compreender esses fenômenos sociais. Para Durkheim (1893, p.25), a coesão social é essencial ao funcionamento harmonioso de qualquer sociedade, sendo que a divisão do trabalho não apenas garante a sobrevivência material, mas também sustenta sua coesão moral.

No contexto dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, a divisão do trabalho frequentemente resulta em segregação e marginalização, em vez de promover coesão social, expondo-os à discriminação e à xenofobia. Nesse cenário, é importante recordar o princípio consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, segundo o qual: “Ninguém poderá ser submetido a torturas, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Em particular, ninguém será submetido sem o seu livre consentimento a experiências médicas ou científicas” (Artigo 7º, p. 4).

Durkheim também discute a relevância das normas e valores compartilhados na manutenção da ordem social. Para o autor, “é necessário que a sociedade, como um todo, imponha suas normas e valores para que a coesão social seja mantida” (Durkheim, 1895, p. 50). No entanto, a falta de integração dos trabalhadores migrantes moçambicanos na África do Sul evidencia uma falha nesse processo, resultando em exclusão e hostilidade.

² Os trabalhadores mineiros moçambicanos na África do Sul enfrentam várias formas de discriminação e injustiça, que se manifestam principalmente através de problemas no pagamento de pensões e fundos de previdência social, condições de trabalho precárias e instabilidade laboral, no decurso das suas atividades laborais.

A xenofobia pode ser compreendida à luz do conceito de anomia de Durkheim, que descreve uma condição em que as normas sociais se tornam confusas, frágeis ou ausentes. Em *O Suicídio* (1897), Durkheim explica que “a anomia surge em tempos de rápidas mudanças sociais, quando as normas que guiam o comportamento das pessoas se tornam incertas” (p. 241). Assim, a xenofobia contra trabalhadores moçambicanos pode ser interpretada como uma manifestação de anomia, em que transformações econômicas e sociais aceleradas criam um ambiente de incerteza e hostilidade.

Essa relação entre xenofobia e anomia torna-se evidente ao observarmos que, na África do Sul, as rápidas transformações econômicas e sociais geram um contexto de desemprego elevado, desigualdade estrutural e instabilidade institucional. Esses fatores enfraquecem as referências sociais e econômicas que antes orientavam a vida cotidiana. Sem normas claras ou segurança quanto ao futuro, muitos indivíduos passam a sentir que seu lugar na sociedade está ameaçado. Esse sentimento de vulnerabilidade abre espaço para a hostilidade, que se manifesta na busca de culpados externos para as dificuldades vividas. Nesse processo, os trabalhadores moçambicanos são injustamente percebidos como competidores diretos por empregos, serviços e oportunidades, tornando-se alvos de rejeição, discursos de ódio e, em alguns casos, violência física. A xenofobia, portanto, emerge como uma resposta social distorcida a um cenário de frustração coletiva, típico de sociedades atravessadas pela anomia.

Durkheim enfatiza ainda o papel das instituições sociais na promoção da coesão, afirmando que “as instituições sociais são essenciais para a integração dos indivíduos na sociedade” (Durkheim, 1893, p. 37). No caso dos migrantes moçambicanos, a ausência de apoio institucional adequado na África do Sul contribui para sua exclusão social e vulnerabilidade.

Essa constatação encontra respaldo na literatura sobre migrações internacionais e proteção social. Castles e Miller (2009) destacam que a falta de políticas públicas eficazes de integração — como acesso garantido à saúde, moradia, documentação e proteção legal — aprofunda a marginalização dos migrantes, que passam a ocupar posições sociais precárias e frequentemente invisíveis. Portes (2000) argumenta que, quando o Estado falha em assegurar condições básicas de acolhimento, os migrantes tornam-se mais expostos à exploração, discriminação e violência, uma vez que não dispõem de mecanismos institucionais de defesa. Bourdieu (1998), por sua vez, ressalta que a ausência de apoio institucional reduz o capital social dos indivíduos, limitando suas possibilidades de estabelecer redes de proteção e

participação comunitária, o que intensifica os processos de exclusão. Nesse sentido, a fragilidade das estruturas estatais de apoio na África do Sul não apenas agrava a vulnerabilidade dos moçambicanos, mas também reforça desigualdades históricas e tensões sociais que alimentam práticas xenófobas.

Para investigar esses desafios, este projeto de pesquisa adotará uma abordagem metodológica mista, combinando entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental. As entrevistas explorarão experiências pessoais de atitudes de preconceito, discriminação e xenofobia, enquanto os questionários fornecerão dados quantitativos sobre a prevalência desses fenômenos. A análise documental examinará as políticas de integração social na África do Sul, avaliando sua eficácia na promoção da coesão social.

A compreensão dos desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, à luz das teorias de Durkheim, fornecerá insights valiosos para a criação de políticas públicas e programas que promovam ambientes mais inclusivos e seguros para todos os migrantes. Este estudo contribuirá para a literatura acadêmica sobre migração, integração social e direitos humanos, além de oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- ❖ Investigar os desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, com ênfase na integração social, nas atitudes de preconceito, discriminação e xenofobia, bem como identificar as estratégias de resiliência desenvolvidas por esses migrantes diante dessas adversidades.

2.2 Objetivos Específicos

- ❖ Analisar os impactos da discriminação e da xenofobia sobre a vida cotidiana e o bem-estar dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

- ❖ Examinar as políticas públicas e as práticas de integração social voltadas aos migrantes, avaliando sua eficácia no contexto sul-africano.
- ❖ Identificar e avaliar as estratégias de resiliência e adaptação desenvolvidas pelos trabalhadores moçambicanos diante das adversidades sociais e econômicas.
- ❖ Explorar o papel da sociabilidade e das redes de apoio comunitário na promoção da integração social e na melhoria das condições de vida dos migrantes.

3. JUSTIFICATIVA

A migração laboral de moçambicanos para a África do Sul constitui um fenômeno historicamente relevante, cujas implicações sociais e econômicas demandam análise aprofundada. Esses trabalhadores enfrentam desafios significativos de integração social, entre os quais se destacam a discriminação e a xenofobia, fatores que impactam negativamente seu bem-estar e qualidade de vida. Compreender tais desafios é essencial para subsidiar políticas públicas voltadas à inclusão social e à proteção dos direitos dos migrantes.

Pesquisas indicam que a discriminação e a xenofobia não apenas afetam diretamente os indivíduos, mas também geram tensões sociais capazes de desestabilizar comunidades inteiras. A abordagem teórica de Émile Durkheim sobre coesão social, normas e anomia oferece um referencial sólido para compreender como a ausência de integração e de apoio institucional contribui para esses problemas. Durkheim sustenta que a coesão social é fundamental para o funcionamento harmonioso das sociedades e que a fragilidade ou ausência de normas claras pode conduzir à anomia e à exclusão social.

Este projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de explorar em profundidade as experiências dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, analisando de que forma a discriminação e a xenofobia influenciam sua integração social. Por meio de uma abordagem metodológica mista, que combina dados qualitativos e quantitativos, busca-se oferecer uma visão abrangente dos desafios enfrentados por esses migrantes.

Os resultados esperados têm potencial para orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de promover a coesão social e oferecer suporte adequado aos migrantes. Além disso, a pesquisa contribuirá para o avanço da literatura acadêmica sobre migração,

integração social e direitos humanos, fornecendo subsídios relevantes para acadêmicos, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil comprometidas com a promoção dos direitos dos migrantes e a construção de sociedades mais inclusivas. Assim, este estudo revela-se de grande relevância tanto para o desenvolvimento teórico quanto para a aplicação prática em políticas públicas.

3.1 MOTIVAÇÃO PESSOAL

Minha motivação para desenvolver este projeto de pesquisa sobre os desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul tem raízes em experiências e interesses pessoais diversos. Como alguém profundamente comprometido com questões de justiça social e direitos humanos, sinto a responsabilidade de contribuir para a compreensão e a melhoria das condições de vida de populações marginalizadas. A migração laboral, com suas complexas dinâmicas de inclusão e exclusão, representa uma oportunidade singular para investigar e enfrentar esses problemas.

Meu interesse específico na relação entre Moçambique e África do Sul decorre de uma longa trajetória de conexões pessoais³ e acadêmicas entre os dois países. Além disso, minha formação em Bacharelado em Humanidades, com foco em teoria social e políticas públicas, oferece uma base sólida para abordar esta pesquisa de forma rigorosa e informada. O estudo das teorias de Émile Durkheim, especialmente suas reflexões sobre coesão social e anomia, reforçou minha convicção de que investigar os mecanismos sociais que sustentam a exclusão e a discriminação pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Por fim, acredito que a pesquisa é uma ferramenta poderosa para promover mudanças sociais positivas. Ao explorar as experiências dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, espero não apenas contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também influenciar políticas e práticas que favoreçam a inclusão e a proteção dos direitos dos migrantes. Essa motivação pessoal, aliada ao meu compromisso profissional, impulsiona minha

³ Estas conexões pessoais, surgem na necessidade de trazer aqui também, a experiência que tive no seio familiar, onde tem pessoas que têm feito o trajeto Moçambique- África do Sul, como Empreendedores, comercializando vários produtos e outros que passam meses, por lá, trabalhando.

dedicação a este projeto, na esperança de gerar impacto significativo na vida dos migrantes e colaborar para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

3.2 RELEVÂNCIA SOCIAL

A pesquisa sobre os desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul possui grande relevância social, considerando o impacto significativo da migração laboral na vida de milhares de indivíduos e nas sociedades envolvidas. Compreender as experiências de discriminação, xenofobia e os mecanismos de resiliência desses trabalhadores é essencial para promover uma integração social mais justa e inclusiva.

A relevância de estudar tais desafios decorre do fato de que a migração laboral envolve processos complexos de ruptura, adaptação e conflito, que afetam profundamente tanto os indivíduos quanto as comunidades. Para Durkheim (2007), fenômenos sociais como discriminação e xenofobia devem ser entendidos como “fatos sociais”, ou seja, forças externas que se impõem aos indivíduos e moldam suas ações. Assim, compreender como esses trabalhadores vivenciam práticas de rejeição, violência simbólica e exclusão permite identificar mecanismos sociais que ameaçam a coesão e a solidariedade — elementos essenciais para o funcionamento equilibrado das sociedades modernas (Durkheim, 2015).

O estudo das estratégias de resiliência desses migrantes também é fundamental, pois, conforme Trindade (1995), a migração é marcada simultaneamente por vulnerabilidade e capacidade de reconstrução identitária, expressas nas redes familiares, comunitárias e transnacionais que sustentam o indivíduo em contextos adversos. Esse quadro é aprofundado por pesquisas clássicas, como a de Ruth First (2015), que demonstra historicamente a exploração sistemática de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, e por estudos contemporâneos, como o de Mungoi (2010), que evidenciam os impactos emocionais, culturais e econômicos da mobilidade laboral na vida dos migrantes e suas famílias. Ao mesmo tempo, instrumentos normativos internacionais, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966), asseguram que todos os indivíduos — incluindo migrantes — têm direito à dignidade, à proteção e à não discriminação, reforçando a urgência de pesquisas que denunciem violações de direitos e apontem caminhos para políticas mais inclusivas.

Além de sua dimensão social, a migração laboral é um fenômeno econômico vital para ambos os países. Os trabalhadores moçambicanos contribuem significativamente para a economia sul-africana, especialmente em setores como mineração e construção. No entanto,

essa contribuição econômica muitas vezes não é acompanhada de reconhecimento social e proteção adequada, resultando em marginalização e vulnerabilidade. Ao destacar essas disparidades, a pesquisa pode sensibilizar governos e organizações — governamentais e não governamentais — para a necessidade de políticas que assegurem os direitos e o bem-estar dos migrantes.

A discriminação e a xenofobia contra trabalhadores migrantes não são apenas questões de justiça individual, mas também implicam riscos mais amplos para a coesão social e a estabilidade comunitária. O estudo dessas dinâmicas pode ajudar a identificar os fatores que alimentam a intolerância e a violência, facilitando a implementação de programas educativos e de conscientização voltados ao combate da xenofobia e à promoção do respeito à diversidade.

A pesquisa também possui relevância direta para os próprios migrantes e suas comunidades de origem. Ao documentar suas experiências e estratégias de resiliência, o estudo pode empoderar os trabalhadores, fornecendo-lhes uma voz mais forte e visível na sociedade. Além disso, os resultados podem orientar intervenções comunitárias e programas de apoio que auxiliem os migrantes a enfrentar melhor os desafios que vivenciam.

Por fim, a relevância social desta pesquisa se estende à formulação de políticas públicas mais inclusivas. Ao fornecer dados empíricos e teóricos sobre os desafios e necessidades dos trabalhadores migrantes, o estudo pode orientar a criação de políticas que promovam a integração social, protejam os direitos dos migrantes e fomentem sociedades mais justas e coesas. Dessa forma, esta investigação contribui não apenas para o avanço acadêmico, mas também para a construção de um futuro mais equitativo para todos os envolvidos.

3.3 CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA

Este projeto de pesquisa sobre os desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul oferece contribuições significativas para a literatura acadêmica e para o campo dos estudos de migração, integração social e direitos humanos. Ao explorar a discriminação, a xenofobia e as estratégias de resiliência desses trabalhadores, a investigação aprofunda a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas que moldam a vida dos migrantes.

Em primeiro lugar, o estudo amplia o conhecimento sobre a interseção entre migração e coesão social. A aplicação da teoria sociológica de Émile Durkheim, especialmente seus conceitos de coesão social e anomia, fornece uma análise teórica robusta das experiências dos migrantes. Essa abordagem não apenas reafirma a relevância das teorias clássicas em contextos contemporâneos, mas também oferece novas perspectivas sobre como a presença ou ausência de normas sociais influencia diretamente a vida dos trabalhadores migrantes.

Além disso, ao adotar uma abordagem metodológica mista, que combina entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental, o estudo contribui metodologicamente para a pesquisa em ciências sociais. A integração de métodos qualitativos e quantitativos possibilita uma análise mais abrangente e profunda dos fenômenos investigados, demonstrando a importância de abordagens multidimensionais para compreender as complexas experiências dos migrantes.

A pesquisa também preenche uma lacuna relevante na literatura sobre migração na África Austral, um tema frequentemente sub-representado. Ao focar especificamente nos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, o estudo fornece dados empíricos valiosos e insights teóricos que podem servir de referência para pesquisas futuras sobre migração, integração e discriminação em outros contextos geográficos.

Por fim, os achados deste estudo têm o potencial de influenciar diretamente a formulação de políticas públicas e práticas institucionais. Ao documentar as experiências e desafios dos migrantes, a pesquisa pode orientar a criação de políticas mais inclusivas e eficazes, promovendo a integração social e a proteção dos direitos humanos. Dessa forma, evidencia-se a relevância prática da produção acadêmica para a resolução de problemas sociais concretos e para a construção de sociedades mais justas e coesas.

4. DISCUSSÃO TEÓRICA

As principais questões teóricas que orientam este trabalho são migração, xenofobia, integração social e exclusão. Esses conceitos constituem o núcleo analítico da pesquisa, uma vez que permitem compreender os processos sociais que moldam a experiência dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

A partir dessas questões centrais, outros temas correlatos serão examinados, como coesão social, solidariedade, sociabilidade, redes sociais, divisão do trabalho e anomia. Esses elementos funcionam como dimensões complementares, capazes de aprofundar a análise e oferecer uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais envolvidas.

Assim, a discussão teórica busca articular os conceitos principais com categorias clássicas da sociologia, especialmente as contribuições de Émile Durkheim, de modo a construir um quadro interpretativo sólido que permita compreender tanto os mecanismos de exclusão quanto as estratégias de integração e resiliência dos migrantes.

4.1 Migração, Xenofobia e exclusão

4.1.1 Migração

A migração laboral é compreendida como um fenômeno social e econômico que envolve o deslocamento de indivíduos em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Segundo Castles e Miller (2009), a migração internacional é marcada por dinâmicas de ruptura e adaptação, que afetam tanto os migrantes quanto as sociedades de origem e destino. No contexto da África Austral, a migração moçambicana para a África do Sul possui raízes históricas ligadas à exploração de mão de obra nas minas, configurando um processo estrutural de dependência econômica e desigualdade regional.

A migração é um fenômeno complexo e multifacetado, estudado por diversas disciplinas, como Geografia, Sociologia, Antropologia e Economia. O termo emigração designa tradicionalmente o ato de deixar o país de origem, implicando ausência prolongada do território nacional. Conforme Trindade (1995, p. 31), a emigração assume formas e características diversas, determinadas por variáveis políticas, econômicas, sociais e culturais que moldam os movimentos migratórios. Já Golgher et al. (2004) definem migração como o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, seja dentro de um mesmo país ou entre países distintos, motivado por trabalho, estudo, lazer ou melhores condições de vida.

De forma mais abrangente, a migração pode ser entendida como um processo social e espacial, pelo qual indivíduos ou grupos se deslocam em busca de segurança, oportunidades econômicas ou melhores condições de vida, implicando alterações em suas redes sociais,

econômicas e políticas. No contexto africano, Adepoju (2010) destaca que a migração internacional resulta da combinação de fatores estruturais — como desigualdades regionais, mercados de trabalho diferenciados e legados coloniais — e de decisões individuais ou familiares que buscam oportunidades fora do país de origem. Assim, a migração laboral não se resume a um movimento físico, mas representa também uma transformação nas condições de reprodução social dos migrantes.

No caso dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, o deslocamento laboral envolve tanto incentivos econômicos (como remessas e emprego) quanto condicionantes históricos e institucionais que moldam suas trajetórias migratórias. Adepoju (2010) enfatiza que, na África Austral, os fluxos migratórios são mediados por redes transnacionais e por políticas de mobilidade que podem facilitar ou restringir o acesso ao trabalho formal, explicando a prevalência de formas precárias de inserção laboral entre migrantes moçambicanos.

Compreender a migração como processo multidimensional permite articular a experiência dos migrantes com fenômenos sociais como discriminação e xenofobia. A condição de “estrangeiro” é socialmente construída em contextos de competição por recursos e identidade, agravando a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes. Nesse sentido, políticas públicas e atitudes sociais nos países de destino desempenham papel decisivo na reprodução de exclusões, tornando imprescindível analisar não apenas as motivações econômicas da migração, mas também os mecanismos de integração (ou marginalização) que impactam o bem-estar dos trabalhadores.

Por fim, enquadrar a migração laboral nesse sentido implica reconhecer que respostas políticas eficazes devem contemplar tanto intervenções econômicas (regulação do mercado de trabalho, proteção social) quanto medidas voltadas à inclusão social e aos direitos humanos. A pesquisa aqui proposta, ao focalizar integração, discriminação e xenofobia, incorpora uma perspectiva que conecta as causas estruturais dos fluxos migratórios às experiências concretas vividas pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, conforme recomendado por Adepoju (2010).

4.1.2 Xenofobia e exclusão

A xenofobia pode ser definida como a rejeição ou hostilidade dirigida a indivíduos considerados estrangeiros, frequentemente associada a discursos políticos excludentes e a condições socioeconômicas adversas. Para Neocosmos (2010), a xenofobia na África do Sul é reforçada por narrativas nacionalistas que posicionam os migrantes como ameaça ao acesso a recursos escassos, como emprego e serviços públicos. Esse fenômeno compromete a integração social e gera tensões comunitárias, além de violência simbólica e física contra os migrantes.

A exclusão social é compreendida como a negação de acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento, resultando em vulnerabilidade e invisibilidade social. Bourdieu (1998) destaca que a ausência de apoio institucional reduz o capital social dos indivíduos, limitando sua capacidade de estabelecer redes de proteção e participação comunitária. No contexto da migração, a exclusão manifesta-se na precarização das condições de trabalho, na falta de proteção legal e na estigmatização dos migrantes.

Segundo Castles e Miller (2009), a xenofobia está profundamente enraizada em contextos históricos, econômicos e políticos, emergindo especialmente em sociedades onde desigualdades estruturais intensificam tensões sociais. Nesses cenários, o migrante é frequentemente utilizado como bode expiatório para crises de emprego, insegurança social ou conflitos identitários, reforçando práticas discriminatórias que dificultam sua inserção plena na sociedade de acolhimento.

No caso da migração moçambicana para a África do Sul, a xenofobia assume caráter sistemático, com raízes históricas que remontam ao regime segregacionista e à estrutura do mercado de trabalho regional. Adepoju (2010) observa que os fluxos migratórios na África Austral estão associados a uma longa tradição de mobilidade laboral, especialmente para as minas sul-africanas, onde trabalhadores estrangeiros eram frequentemente tratados como mão de obra descartável. Esse legado contribuiu para a construção de hierarquias sociais que persistem na atualidade, nas quais migrantes moçambicanos são vistos como competidores econômicos ou como corpos indesejados.

A exclusão social, correlata à xenofobia, pode ser entendida como o processo pelo qual indivíduos ou grupos são impedidos de participar plenamente da vida econômica, política e social. Para Bourdieu (1998), a exclusão opera tanto em níveis materiais — como acesso restrito ao emprego e à moradia — quanto simbólicos, como estigmatização, desvalorização

cultural e institucionalização de desigualdades. No caso dos trabalhadores moçambicanos, essas formas de exclusão manifestam-se na dificuldade de acesso a serviços públicos, na violência xenófoba e na ausência de proteção laboral efetiva.

Além disso, a xenofobia e a exclusão afetam profundamente a vida cotidiana desses trabalhadores, criando barreiras à integração social e prejudicando seu bem-estar psicológico e comunitário. Castles e Miller (2009) argumentam que a integração de migrantes depende não apenas de políticas formais, mas também das atitudes da sociedade receptora, que frequentemente reproduz imaginários coletivos de suspeita e hostilidade. Essa hostilidade amplia o isolamento dos migrantes, dificultando a formação de vínculos sociais e o acesso a redes de apoio essenciais à sobrevivência e à proteção de direitos.

Nesse sentido, compreender a xenofobia e a exclusão social é fundamental para analisar os desafios vividos pelos trabalhadores moçambicanos, pois tais fenômenos não são acidentais, mas estruturais. Adepoju (2010) reforça que, além dos fatores econômicos, políticas discriminatórias e discursos nacionalistas desempenham papel significativo na criação de barreiras institucionais que afetam o cotidiano dos migrantes. Assim, qualquer proposta de intervenção ou formulação de políticas precisa reconhecer que enfrentar a xenofobia implica também reestruturar desigualdades históricas e revisar os modos pelos quais se constrói a alteridade no espaço sul-africano.

Por fim, ao investigar xenofobia e exclusão no contexto da migração moçambicana, torna-se evidente que esses processos possuem efeitos sociais amplos, interferindo nas condições de vida, nas oportunidades de inserção laboral e na própria dignidade dos trabalhadores. A pesquisa proposta, ao analisar essas dimensões, contribui para uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais que moldam a experiência migratória na África Austral, alinhando-se às análises de Castles e Miller (2009), Bourdieu (1998) e Adepoju (2010), que destacam a necessidade de integrar perspectivas históricas, econômicas e sociológicas na discussão sobre mobilidade internacional.

4.2 Sociabilidade e redes sociais

A sociabilidade e as redes sociais desempenham papel central na construção de vínculos, significados e estratégias de sobrevivência em contextos sociais diversos. Para

Simmel (2006), a sociabilidade constitui uma forma pura de interação humana, baseada na reciprocidade, no diálogo e na produção de sentidos compartilhados, sendo o fundamento das relações sociais cotidianas. Já Bourdieu (1998) entende as redes sociais como parte integrante do capital social, recurso formado pelas conexões e relações que permitem aos indivíduos acessar apoio, informações e oportunidades que não estariam disponíveis isoladamente.

No contexto das migrações, Trindade (1995) enfatiza que as redes sociais são decisivas para o acolhimento, a inserção laboral e a resiliência emocional dos migrantes. Elas funcionam como mecanismos que reduzem vulnerabilidades e fortalecem a capacidade de adaptação, permitindo que os indivíduos enfrentem adversidades e reconstruam identidades em ambientes hostis.

As redes familiares, comunitárias e transnacionais assumem papel fundamental nesse processo.

1. Redes familiares: oferecem suporte emocional e material, garantindo continuidade de vínculos afetivos e culturais.
2. Redes comunitárias: criam espaços de solidariedade e ajuda mútua, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade coletiva.
3. Redes transnacionais: conectam migrantes às suas comunidades de origem, possibilitando circulação de recursos, informações e práticas culturais, além de reforçar laços de solidariedade que atravessam fronteiras.

Essas redes não apenas funcionam como mecanismos de apoio, mas também como estratégias de resiliência, permitindo que os migrantes enfrentem discriminação, xenofobia e exclusão social. Ao mesmo tempo, elas contribuem para a integração social, oferecendo alternativas de inserção econômica e comunitária em sociedades que frequentemente os marginalizam.

Entretanto, a articulação entre sociabilidade e redes sociais é indispensável para compreender os processos de integração e os desafios enfrentados por grupos em situação de mobilidade. No caso dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, essas redes constituem um recurso vital para a sobrevivência, a adaptação e a reconstrução identitária, funcionando como contrapeso às barreiras institucionais e às práticas discriminatórias que limitam sua inclusão plena na sociedade de destino.

4.3 Instituições Sociais e Integração

Para Durkheim (1893; 1912), as instituições sociais são indispensáveis para a integração dos indivíduos e para a manutenção da coesão social. Ele enfatiza que o reconhecimento social é um elemento essencial para que os sujeitos se sintam parte da coletividade. No caso dos migrantes moçambicanos na África do Sul, a ausência de apoio institucional adequado contribui para sua vulnerabilidade. Políticas migratórias insuficientes e programas frágeis de integração agravam a marginalização, reforçando a percepção dos migrantes como concorrentes indesejados, em vez de contribuintes valiosos para a economia e para a sociedade.

A análise dos desafios enfrentados por esses trabalhadores pode ser aprofundada à luz do quadro teórico de Durkheim, que oferece conceitos fundamentais como coesão social, divisão do trabalho e anomia. Esses conceitos permitem compreender como a falta de integração institucional e social gera exclusão e hostilidade.

Segundo Mungoi (2010, p. 17), “na realidade, o fluxo de moçambicanos para a África do Sul remonta há mais de um século e foi condicionado por fatores internos e externos”. A migração moçambicana, portanto, não é um fenômeno recente, mas parte de uma longa tradição de mobilidade laboral na África Austral, marcada por desigualdades estruturais e pela busca de melhores condições de vida.

Ainda conforme Mungoi (2010, p. 21), “tratando-se de uma forma de trabalho, inserido no sistema capitalista, a migração para as minas coloca os mineiros em contato com um mundo que lhes ajuda a acumular recursos financeiros, adquirir bens, educar seus filhos, construir suas casas e introduzir mudanças no seu estilo de vida e de suas famílias”. Essa observação revela o caráter ambivalente da migração: ao mesmo tempo em que possibilita ascensão econômica e transformação social, expõe os trabalhadores a condições precárias, exploração e exclusão institucional.

4.4 Coesão Social e Solidariedade

Em *A Divisão do Trabalho Social* (1893), Émile Durkheim distingue entre dois tipos de solidariedade:

- 1) Solidariedade mecânica, típica de sociedades tradicionais, marcada pela homogeneidade cultural e moral que une os indivíduos.
- 2) Solidariedade orgânica, característica das sociedades modernas, sustentada pela interdependência econômica e pela especialização das funções.

Durkheim afirma que “à medida que a divisão do trabalho se desenvolve, a solidariedade mecânica dá lugar à solidariedade orgânica, e a coesão social se baseia na interdependência das funções” (Durkheim, 1893, p. 30). Nesse sentido, a coesão social é vista como elemento essencial para a estabilidade e o funcionamento harmonioso das sociedades.

No entanto, no contexto dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, essa transição apresenta contradições e fragilidades. A divisão do trabalho, em vez de promover integração, frequentemente resulta em segregação e marginalização. A especialização e a interdependência, que deveriam unir, acabam criando divisões e barreiras, exacerbando práticas de discriminação e xenofobia.

Como observa Trindade (1995, p. 40), “deixar o seu próprio país por tempo longo ou indeterminado representa, em geral, uma experiência radical e frequentemente traumática, de ruptura com o cotidiano conhecido, em favor de um novo espaço geográfico, social e cultural; de um novo emprego, quiçá de uma nova profissão”. Muitos migrantes iniciam essa trajetória ainda jovens e passam a vida inteira em trabalhos precários, reforçando desigualdades e barreiras à coesão social.

4.5 Normas Sociais e Anomia

Durkheim também enfatiza o papel das normas sociais na manutenção da ordem e da coesão social. Ele argumenta que “as normas sociais são fundamentais para orientar o comportamento dos indivíduos e assegurar a integração social” (Durkheim, 1895, pg. 50). No entanto, a falta de integração dos trabalhadores moçambicanos na sociedade sul-africana sugere uma falha na imposição dessas normas, resultando em um ambiente de exclusão e hostilidade.

A anomia, um conceito central na teoria de Durkheim, descreve uma condição em que as normas sociais são confusas, fracas ou ausentes, levando a um estado de desordem social. Em *O Suicídio* (Durkheim, 1897) explica que "a anomia surge em tempos de rápidas mudanças sociais, quando as normas que guiam o comportamento das pessoas se tornam incertas" (p. 241). A xenofobia contra trabalhadores moçambicanos na África do Sul pode ser vista como uma manifestação de anomia. As rápidas mudanças econômicas e sociais, juntamente com a competição por empregos e recursos, criam um ambiente de incerteza e hostilidade, onde as normas de convivência pacífica e respeito mútuo são enfraquecidas.

4.6 Resiliência e Redes de Apoio

A análise das estratégias de resiliência dos trabalhadores moçambicanos pode ser enriquecida pela teoria de Émile Durkheim, que observa que "a coesão social não se baseia apenas nas instituições formais, mas também nas redes informais de apoio e solidariedade" (Durkheim, 1893, p. 40). Nesse sentido, as redes comunitárias, formadas por outros migrantes e organizações de apoio, desempenham papel crucial na capacidade de resistência e adaptação desses trabalhadores, ajudando-os a enfrentar a discriminação e a xenofobia.

Essas redes oferecem não apenas suporte material (moradia, emprego, recursos financeiros), mas também apoio emocional e social, criando um senso de pertencimento e solidariedade entre os migrantes. Em muitas comunidades, os trabalhadores moçambicanos desenvolvem sistemas de ajuda mútua e apoio comunitário, fundamentais para sua sobrevivência e bem-estar. Essas práticas refletem a solidariedade orgânica descrita por Durkheim, na qual a interdependência e a cooperação são essenciais para a manutenção da coesão social.

4.6.1 Implicações para Políticas Públicas

As teorias de Émile Durkheim oferecem insights valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas à integração social dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. Para que essa integração seja possível, torna-se necessário fortalecer a coesão social por meio da criação de espaços de convivência e reconhecimento mútuo, combater a anomia

através da implementação de normas claras e políticas inclusivas que reduzam a insegurança social, e promover o reconhecimento dos migrantes como membros valiosos da sociedade, destacando sua contribuição econômica e cultural.

Essas medidas podem ser operacionalizadas por meio de programas de educação e sensibilização voltados ao combate da xenofobia, do fortalecimento das proteções legais para os trabalhadores migrantes e da criação de políticas de integração social e econômica que facilitem o acesso a serviços públicos, moradia e oportunidades de trabalho digno. Ao adotar tais estratégias, o Estado e as instituições sociais não apenas asseguram a proteção dos direitos humanos, mas também promovem a coesão social e reduzem tensões comunitárias, criando um ambiente mais inclusivo e justo.

Durkheim (1895, p. 75) enfatiza que “as políticas públicas devem não apenas proteger os direitos dos indivíduos, mas também promover a coesão social, garantindo que todos os membros da sociedade sejam reconhecidos e valorizados”.

A análise dos desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, à luz das teorias de Durkheim, revela a complexidade das dinâmicas de integração e exclusão. Elementos como coesão social, normas e valores compartilhados, instituições sociais e redes de apoio comunitário são fundamentais para compreender a experiência migratória.

No entanto, a falta de reconhecimento e as rápidas mudanças sociais e econômicas contribuem para a anomia e a marginalização desses trabalhadores. A aplicação das ideias de Durkheim não apenas enriquece a compreensão acadêmica desses fenômenos, mas também oferece orientações práticas para políticas públicas mais eficazes.

Ao promover a coesão social e o reconhecimento dos migrantes, é possível construir um ambiente mais inclusivo e justo, no qual todos os membros da sociedade possam prosperar e contribuir para o bem-estar coletivo. Este estudo, portanto, contribui tanto para o avanço teórico quanto para a formulação de políticas públicas, voltadas à construção de um futuro mais equitativo e coeso para os trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

5. METODOLOGIA

A metodologia deste projeto foi cuidadosamente planejada para oferecer uma compreensão abrangente dos desafios sociais enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. A investigação adota uma abordagem metodológica mista, combinando pesquisa bibliográfica, análise qualitativa e elementos quantitativos, o que permite explorar de forma aprofundada as experiências de discriminação, xenofobia e as estratégias de resiliência desenvolvidas por esses trabalhadores. Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção de referenciais teóricos sólidos, pois possibilita ao pesquisador conhecer o estado atual do conhecimento sobre o tema, identificar lacunas e contextualizar o fenômeno estudado. Nesse sentido, estão sendo consultadas obras clássicas e contemporâneas sobre migração, trabalho, xenofobia e mobilidade transnacional, incluindo autores como Castles e Miller (2009), que ressaltam a complexidade dos fluxos migratórios globais, e Adepoju (2010), que analisa a especificidade das migrações africanas na África Austral.

A dimensão qualitativa está sendo estruturada com base nos princípios descritos por Minayo (2016), que afirma que esse tipo de abordagem permite compreender os significados, percepções e práticas sociais dos sujeitos envolvidos. Assim, o estudo busca captar narrativas sobre discriminação, violência xenófoba, redes de apoio comunitário e processos de adaptação cultural vivenciados pelos trabalhadores moçambicanos. Complementarmente, a dimensão quantitativa segue a orientação de Creswell (2014), que defende a integração de dados estatísticos para fortalecer a interpretação dos fenômenos sociais. Dessa forma, serão analisados dados secundários provenientes de relatórios da SADC, do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), de organizações de direitos humanos e de pesquisas anteriores, com o objetivo de quantificar indicadores como o número de trabalhadores moçambicanos na África do Sul, a incidência de ataques xenófobos e os níveis de precarização laboral. A integração entre métodos qualitativos e quantitativos segue o que propõem Johnson e Onwuegbuzie (2004), que defendem que a abordagem mista permite uma compreensão mais robusta e profunda de fenômenos sociais complexos, combinando a riqueza descritiva da análise qualitativa com a precisão e objetividade dos dados quantitativos.

O desenho da pesquisa é exploratório e descritivo, permitindo uma análise detalhada das experiências dos trabalhadores migrantes. A escolha por uma abordagem mista se justifica pela necessidade de capturar tanto as nuances qualitativas das experiências dos migrantes quanto de fornecer uma visão quantitativa da prevalência e dos padrões dos fenômenos

estudados. Para a coleta de dados qualitativos, serão realizadas aproximadamente vinte entrevistas semiestruturadas com trabalhadores moçambicanos em diferentes regiões da África do Sul⁴, abrangendo áreas urbanas e rurais, além de entrevistas com familiares desses trabalhadores. As entrevistas semiestruturadas permitem flexibilidade para explorar temas emergentes, mantendo foco nos tópicos principais da pesquisa. Os participantes serão selecionados por meio de amostragem por conveniência, iniciando com trabalhadores migrantes conhecidos e expandindo a partir de suas indicações, método considerado adequado para atingir populações de difícil acesso. O guia de entrevista incluirá questões sobre experiências de discriminação e xenofobia, percepções sobre integração social, desafios enfrentados no trabalho e na vida cotidiana, além de estratégias de resiliência e redes de apoio. As entrevistas serão transcritas e analisadas por meio de análise temática, que permite identificar, analisar e relatar padrões nos dados qualitativos.

Além das entrevistas individuais, serão realizados grupos focais com cinco a sete participantes cada, organizados com base em características como local de trabalho, setor de emprego e área de residência, garantindo diversidade nas discussões. Esses grupos permitirão explorar dinâmicas sociais e interações entre migrantes, proporcionando uma compreensão mais rica das experiências compartilhadas e das estratégias coletivas de resiliência. O guia de discussão dos grupos focais abordará temas semelhantes aos das entrevistas individuais, com ênfase na dinâmica grupal e nas soluções coletivas para os desafios enfrentados.

Seguindo as recomendações de Gil (2008), será assegurada a confidencialidade dos dados, obtida permissão para gravação das entrevistas e garantidas condições adequadas de tempo e espaço para coleta das informações, de modo a evitar que os participantes se sintam pressionados ou ansiosos durante o processo. O rigor metodológico é indispensável para captar de forma fidedigna as emoções, dificuldades e barreiras enfrentadas pelos trabalhadores migrantes.

Assim, a metodologia proposta, ao combinar pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise quantitativa de dados secundários, integra diferentes perspectivas para oferecer uma compreensão abrangente das experiências dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. Essa abordagem mista garante robustez teórica e empírica,

⁴ As principais regiões de mineração na África do Sul incluem o noroeste para platina e diamantes, com destaque para as áreas de Rustenburg (platina) e Koster, Lichtenburg, Bloemhof e Christiana (diamantes). As regiões de Highveld e Lowveld são ricas em carvão, com Witbank e Ermelo sendo centros importantes, enquanto o Complexo Bushveld, ao norte de Pretória, possui vastos depósitos de vanádio.

permitindo que os resultados contribuam tanto para o avanço acadêmico quanto para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

A coleta de dados quantitativos será realizada por meio da aplicação de questionários estruturados a uma amostra maior de trabalhadores moçambicanos, complementando os dados qualitativos obtidos nas entrevistas e grupos focais. Espera-se coletar respostas de cerca de vinte participantes, o que permitirá uma análise estatística dos dados. Os questionários incluirão perguntas sobre experiências de discriminação e xenofobia, medidas por meio de escalas Likert, nível de integração social, avaliado a partir da participação comunitária e da sensação de pertencimento, condições de trabalho e desafios econômicos, acesso a redes de apoio e serviços, além de questões direcionadas às famílias dos trabalhadores.

A distribuição dos questionários será feita em locais de trabalho, comunidades de migrantes e através de organizações que atuam diretamente com essa população. A aplicação em espaços ligados ao cotidiano dos migrantes é uma estratégia metodológica que amplia a confiabilidade e a pertinência dos dados coletados, pois aproxima o pesquisador dos sujeitos investigados e permite captar percepções contextualizadas. Segundo Gil (2008), a pesquisa de campo deve refletir experiências reais e situadas, e ao distribuir questionários nesses ambientes, reduzem-se barreiras de acesso, aumenta-se a taxa de participação e obtêm-se informações mais fidedignas sobre discriminação, xenofobia e condições laborais enfrentadas pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. Além disso, a utilização de organizações sociais, redes comunitárias e associações migrantes como mediadoras reforça o princípio da confiança entre pesquisador e participantes. Para Bourdieu (1996), o acesso a determinados grupos sociais exige o reconhecimento de suas dinâmicas internas e relações de poder, sendo as redes sociais um elemento essencial para legitimar a presença do pesquisador. Da mesma forma, Bryman (2012) destaca que a cooperação de instituições locais facilita a circulação dos instrumentos de pesquisa e garante maior diversidade no perfil dos respondentes. Assim, ao recorrer a esses espaços e parceiros, a metodologia fortalece a representatividade da amostra e assegura que os dados reflitam a pluralidade das experiências dos migrantes moçambicanos.

Os dados coletados serão analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas e inferenciais. Frequências, médias e desvios padrão serão utilizados para descrever as características da amostra e as experiências relatadas, enquanto testes de correlação e regressão serão aplicados para explorar associações entre variáveis, como a relação entre discriminação e nível de integração social. A análise documental será utilizada para complementar os dados

primários e fornecer contexto adicional. Serão examinados documentos relevantes, como políticas migratórias, relatórios governamentais, publicações de ONGs e literatura acadêmica sobre migração e integração social na África do Sul. Esses documentos serão selecionados com base em sua relevância e disponibilidade, utilizando bancos de dados acadêmicos, websites de organizações governamentais e não governamentais, além de arquivos institucionais. A análise documental será conduzida por meio da análise de conteúdo, identificando temas e padrões que contribuam para a compreensão das políticas e práticas que afetam os trabalhadores moçambicanos.

A pesquisa seguirá rigorosos princípios éticos para garantir a proteção e o respeito aos participantes. Todos serão informados sobre os objetivos da pesquisa, o uso dos dados coletados e seus direitos como participantes, sendo assegurado o consentimento informado. Os dados serão mantidos confidenciais e anonimizados, com a remoção de identificadores pessoais das transcrições e respostas aos questionários. Será disponibilizado apoio psicológico para os participantes que possam experimentar desconforto ao discutir suas experiências de discriminação e xenofobia, em parceria com organizações locais. Essa prática ética preserva o bem-estar emocional dos envolvidos e garante a integridade da pesquisa. De acordo com a Associação Americana de Psicologia (APA, 2017), pesquisas que envolvem temas sensíveis devem prever mecanismos de proteção aos participantes, assegurando acolhimento e encaminhamento quando necessário. Além disso, a colaboração com organizações locais amplia a rede de suporte e fortalece a responsabilidade social da investigação, alinhando-se ao que Minayo (2012) defende ao afirmar que pesquisas sociais devem considerar as vulnerabilidades dos sujeitos e estabelecer parcerias com instituições capazes de oferecer assistência adequada.

A análise qualitativa será realizada com o auxílio de software apropriado para organizar e codificar os dados das entrevistas e grupos focais. A análise temática permitirá identificar e explorar padrões recorrentes nas experiências dos trabalhadores migrantes, desenvolvendo os temas de forma indutiva e interpretando-os à luz das teorias de Durkheim sobre coesão social e anomia. Já os dados quantitativos serão analisados utilizando o software SPSS, com análises descritivas para fornecer um panorama das experiências dos migrantes e análises inferenciais para explorar relações entre variáveis, como a associação entre discriminação e níveis de integração social. Testes de correlação de Pearson e regressões lineares múltiplas serão empregados para examinar essas associações de forma mais detalhada.

A triangulação dos dados qualitativos e quantitativos fortalecerá a validade e a confiabilidade dos achados da pesquisa. Conforme Gil (2022), a triangulação é um processo básico na pesquisa etnográfica e refere-se ao uso de dois ou mais métodos para verificar se os resultados obtidos são semelhantes, reforçando a validade interna. A integração de diferentes fontes e tipos de dados permitirá uma compreensão mais abrangente e multidimensional dos desafios enfrentados pelos trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

Reconhece-se, entretanto, que a amostragem por conveniência e bola de neve pode introduzir vieses na seleção dos participantes. Esforços serão feitos para diversificar a amostra e garantir representatividade. Além disso, as respostas autorrelatadas podem estar sujeitas a vieses de memória e desejabilidade social, que serão mitigados por meio de garantias de anonimato e confidencialidade.

6. CRONOGRAMA

O cronograma da pesquisa foi elaborado de forma a garantir flexibilidade, permitindo acomodar eventuais imprevistos, como dificuldades na coleta de dados ou ajustes metodológicos necessários. Revisões periódicas do progresso serão realizadas para assegurar que o projeto se mantenha no caminho certo.

A pesquisa contará com colaboração contínua entre o pesquisador principal, o assistente de pesquisa e os pesquisadores de campo, de modo a garantir alinhamento constante com os objetivos e métodos estabelecidos.

A ética será uma prioridade em todas as etapas, desde o consentimento informado até a proteção da privacidade dos participantes, assegurando que o estudo seja conduzido com rigor e responsabilidade.

Ao final do projeto, espera-se não apenas contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também fornecer subsídios para políticas públicas e práticas institucionais voltadas à integração e proteção dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

Por fim, os recursos financeiros e logísticos serão gerenciados de forma a garantir a viabilidade e eficiência das atividades planejadas, contando com o apoio de financiadores e instituições parceiras que reforçam a sustentabilidade da pesquisa.

A pesquisa será conduzida ao longo de um período de doze meses, seguindo um cronograma detalhado que descreve cada etapa da pesquisa, incluindo atividades específicas, prazos e responsabilidades.

ATIVIDADES	MESES/ANO(S)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão da literatura, identificação de lacunas na literatura e desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa	x	x	x									
Submissão ao CEP		x										
Treinamento dos pesquisadores de campo e piloto dos instrumentos de pesquisa.		x	x									
Coleta de dados e realização de entrevistas.		x	x	x	x							
Transcrição de entrevistas e grupos focais.			x	x	x	x						
Análise e triangulação de dados qualitativos e quantitativos.				x	x	x	x					
Redação e revisão do trabalho							x	x	x			
Entrega e defesa do trabalho											x	
Submissão de artigos para publicação.												x

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEPOJU, Aderanti. **International Migration within, to and from Africa in a Globalised World**. Accra: Sub-Saharan Publishers, 2010.

APA – American Psychological Association. **Ethical Principles of Psychologists and Code of Conduct**. Washington, DC: APA, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 4. ed. New York: Guilford Press, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DURKHEIM, Émile. A divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Sociologia, Brasília**, v. 3, n. 6, p. 45-62, 2015.

_____. A influência da sociedade no indivíduo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 2018, p. 3.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2009. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. O suicídio. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **Textos escolhidos: Durkheim**. São Paulo: Ática, 2010.

FIRST, Ruth. **O mineiro moçambicano: Um estudo sobre a exportação da mão de obra em Inhambane**. Recife: Coleção Clássicos Brasil e África, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOLGHER, André Braz; RIGOTTI, José Isnard; OLIVEIRA, Luiz Antônio de. **Migração e mobilidade populacional no Brasil: tendências recentes**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. **Educational Researcher**, v. 33, n. 7, p. 14–26, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **Identidades Viajeiras, Família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, África do Sul.** Porto Alegre, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ONU - PACTO Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. Assembleia **Geral das Nações Unidas**, 1966.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PORTES, Alejandro. **Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities.** **Princeton:** Princeton University Press, 2000.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha et al. **Sociologia das Migrações.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Sistema de Bibliotecas. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos.** 3. ed., rev., ampl. e atual. Redenção: UNILAB, 2024.